

Ao evidenciarmos essas ponderações não estamos incorporando ou reafirmando a idéia de que as “forças comunistas” representavam uma potencial ameaça dissolvente ao Governo de Vargas. O que constatamos é que, frequentemente até mesmo para legitimação dos acordos e coalizões partidárias, a “ameaça técnico comunista” foi utilizada como estratégia persuasiva, engendrando e promovendo discursos em nome da “segurança pública.” Conforme advertiu Eliana Dutra, o “perigo comunista” insuflou no “todo social um conjunto de práticas, normas e valores que confluíram para a preservação da ordem e da estabilidade social; para o controle das diferenças sociais; para o enquadramento do mundo do trabalho; para a racionalização do poder.”^[9]

Evidentemente, a solicitação de esclarecimentos não se restringiu apenas ao advogado Raul Bittencourt. Encontramos entre os dias 12 e 15 de janeiro de 1936, outras 9 missivas enviadas ao Deputado João Carlos Machado cujo teor comum era comentários, alterações ou acordos sobre a “fórmula Pilla”. Em 13 de janeiro, por exemplo, o Deputado Federal pelo PL Anibal Cassal ratificava a proposta apresentada, arguindo que a “realidade brasileira exigia a união sagrada de todos os democratas sinceros para defesa da liberdade, tão seriamente ameaçada”; o “parecer” de Cassal, era veementemente favorável ao “ante-projeto” de lei, posto que, afirmava o deputado, “em substância esse alto objetivo era um imperativo de nobre e sadio patriotismo.”^[10]

Apesar de algumas reticências apontadas pelos missivistas, parece-nos, todavia, que a maioria da bancada federal que compunha o PL estaria favorável à aproximação política com Flores da Cunha. Em outra carta, desta vez do Deputado Federal do PRR João Símplicio de Carvalho, enviada ao líder do PL no dia 13 de janeiro de 1936, podemos perceber a superação de qualquer incompatibilidade diante da proposta de coalizão política no governo do Rio Grande do Sul. João Símplicio de Carvalho declarava ao remetente que “estaria de pleno acordo com a resolução que tomar o nobre General Flores da Cunha sobre o assumpto.”^[11]

Com efeito, acreditamos que a estratégia de João Carlos Machado na tentativa de abarcar considerações entre todas as bancadas no Congresso Nacional. Também o deputado Pedro Vergara, do PRL, remeteu uma minuciosa e extensa missiva apontando em 2 itens o seu “pensamento a respeito” da “fórmula de pacificação da política riograndense”. Segundo a avaliação de Vergara, a consistência do projeto não traria prejuízos ou ingerência administrativa a qualquer partido. Com o novo arranjo de forças políticas no estado não haveria obstrução à participação coletiva na máquina governamental. Portanto, conforme Vergara

(...) quando os partidos políticos se harmonizam e sobem ao poder, de que dispõe como cousa comum, nunca retornam ao statu quo antes, a situação em comum opera uma transfusão recíproca, uma passagem de forças de um para outro lado, um intercâmbio de valores, esta aglutinação acaba por ser uma diferenciação ideológica e moral, por formar, por fim, um agrupamento novo, com afinidades específicas (...).^[12]

Essa configuração política a que alude Vergara, “com afinidades específicas” foi exemplificada através da formação da Frente Única que, segundo o deputado, instituiu-se de “elementos de dois partidos” “caldeados” “lentamente, no decurso de quatro anos.” Nesse sentido, depreendemos que Vergara procurou postular uma experiência política anterior como referência positiva aos novos encaminhamentos de coalizão. Isto porque “o poder não será nem inteiramente libertador, nem inteiramente republicano, nem inteiramente liberal, será um poder mixto, composto, em que todos esses partidos estarão representados por aquela fusão.”^[13]

De fato, as constantes deferências ao termo “conciliação”, parecia adquirir uma conotação bastante singular naquele momento. Mesmo com evidências contundentes de “diferenciação ideológica e moral”, “conciliar” significava religar algo que em um tempo pretérito estaria próximo e unificado. Portanto, fazia-se necessário operar “uma transfusão recíproca” em nome do bem comum, da autoridade governativa, da ordem e da justiça social. Por tal motivo, a inflexão de uma “paz conciliatória” poderia fortalecer o princípio da autoridade nacional e, com isto, pôr termo à crise de uma dispersão aterrozante, provocada pelas disputas políticas, pelos interesses divergentes, pela oposição partidária.

Dentre as diversas considerações a respeito da “fórmula Pilla”, encaminhadas ao Deputado João Carlos Machado, a carta de Vergara parece-nos surpreendente. Sua narrativa atribui uma dimensão de sucessão e causalidade que encadeia os episódios políticos no Rio Grande do Sul, dispostos numa linha temporal, caminhando irremediavelmente para um ponto de culminância. A organização dos eventos posteriores a “Revolução de 1930”, de forma linear, definia e ratificava uma importância fundamental ao “aparecimento dessa nova entidade política”. A narrativa epistolar parece ter se definido perfeitamente aos anseios de imparcialidade e neutralidade, já que Vergara era deputado na Câmara Federal pelo partido situacionista, o PRL. O estreitamento partidário, através de medida legal, resultaria, segundo Vergara, na criação de “um terreno neutro, onde entendimentos serão mais fáceis e, portanto, mais fáceis também as transigências e com elas, por fim, o congraçamento dos espíritos.”^[14]

O projeto tenha sido considerado irrepreensível; no mesmo documento assinado por Vergara, no item II o autor manifestava sua dúvida: tratava-se do ponto proposto no art. 6º do ante-projeto, que afirmava que os secretários seriam “responsáveis solidariamente, tanto quanto individualmente, pelos atos que subscreverem com o governador”. Ora, os renhidos combates e desavenças entre a FUG e Flores da Cunha traziam à tona o impasse da sujeição dos indicados às Secretarias de Estado ao governador. Portanto, a contradição tornava-se evidente na medida em que cada secretário estaria subordinado politicamente ao seu partido e administrativamente ao governador.

A resposta de João Carlos Machado a Flores da Cunha ocorreu tão logo o deputado recebesse o retorno apreciativo do ante-projeto das bancadas dos deputados federais, tanto do PL como do PRR e do PRL. Assim, como averiguamos anteriormente, Machado, em carta do dia 14 de janeiro de 1936, dizia que as “opiniões divergentes” não o permitiriam concretizar o acordo. Para Machado, o arquivamento das cartas trocadas com os deputados federais davam por encerrado o assunto. Ainda assim, Machado reafirmava uma “recíproca solidariedade aumentada por uma amizade” que esperava nunca mudar.^[15]

Mesmo conhecendo o divergente posicionamento do líder da FUG na Câmara dos Deputados, Flores envia a Vargas a transcrição dos artigos que constavam no projeto de lei. Segundo Flores, tal medida devia-se à necessidade do governo federal em “conhecer” os acordos do “pensamento vitorioso no seio das correntes políticas” do Rio Grande do Sul.^[16]

Embora ainda inconsistente, Vargas telegrafa a Flores saudando “pelos resultados” obtidos com o projeto de lei. Para Vargas, a coalizão partidária asseguraria a “colaboração das forças políticas” ao governo do Estado. Seria compreensível que com a efetivação da “fórmula Pilla”, no interior do estado agitações e prisões viessem a ocorrer por consequência de disputas localizadas. No exercício temporário do governo, Darcy Azambuja, em março de 1936, alertava Flores sobre inúmeras prisões ao mando de autoridades militares federais. Estarrecido com a notícia e ciente de que o episódio colocaria em risco o “apaziguamento das forças políticas” no Rio Grande do Sul, Flores repudiava a atitude a Vargas, afirmando que não iria permitir “qualquer intervenção ilegal” que viesse a ser praticada no estado ferindo a “autonomia administrativa nos termos da Constituição da República”.^[17]

Conhecendo o elevado nível de exasperação e suspeição política, Vargas imediatamente telegrafa às forças federais sediadas no estado, determinando que o “período exigia prudência e calma aos mais afoitos”.^[18] Ao que indica um outro telegrama, as autoridades militares se submeteram às ordens do presidente, comunicando ao Governador e à imprensa que o “commando militar da região” contava com o “mais elevado espírito patriótico”. Os comandantes das brigadas federais reafirmavam que Flores poderia dispor das tropas com “inteira confiança e sympatia” para, assim, manter a ordem com a “repressão aos inimigos do regimen”.^[19]

Se a efetivação e manutenção da coalizão política no Rio Grande do Sul, em meados de 1936, demonstrava indícios claros de insustentabilidade, essa situação não impedia a continuidade das conversações em relação ao apoio ao governo federal. Em maio de 1936, por exemplo, Machado Coelho escreve uma extensa carta a Flores relatando as tergiversações em torno da política nacional. Na carta-relatório, Coelho descreve as tratativas de Collor com as lideranças do PRP e a possibilidade da anuência deste para o “encaminhamento de uma nova fórmula” política. Coelho já antecipava o resultado da “longa palestra” de Collor com os “homens do PRP”, dizendo que não achava viável a aplicação da “fórmula Pilla” em São Paulo, haja vista que o “eleitorado paulista que sufragou nas urnas os candidatos do velho partido” não “compreenderia nenhuma transigência como governo federal, muito menos colaboração”. Segundo Coelho, o Partido Republicano Paulista (PRP) não compreendia “os motivos dessa insistência da frente única riograndense, em leva-los para junto do Getúlio”. O quadro que se constituiria tornaria a situação de Flores bastante delicada, pois, naquela circunstância, não seria “possível qualquer reação contra qualquer ato de reforma” engendrada pelo executivo federal. Na avaliação do PRP, conforme Coelho:

(...) estando o Getúlio com um ano e tanto de governo apenas se pode terminar o seu mandato tranquilamente, sem que seja necessário o sacrifício das situações oposicionistas que fatalmente teriam de desaparecer. Dizem eles, que nada tem a opor as tuas boas disposições para com o Getúlio e que desejam mesmo qual sejam as melhores possíveis as relações políticas e pessoais entre os dois. Apenas desejam frisar desde então, prestigiando completamente a tua ação na política nacional, afim de que fortalecido possas ou como candidato ou com um candidato que saído das tuas mãos na sucessão, nobreza de designios, ao passo que essa nossa fórmula em São Paulo, por exemplo, seria pura e simples o arrasamento da situação dominante.^[20]

Coelho afirmaria logo depois, que o PRP pretendia manter-se na oposição, afastando-se, contudo, de provocações impertinentes causadas ao governo federal. Seria no campo da luta política, e tão somente nos “limites da política”, em um ambiente em que as liberdades associativas fossem respeitadas, que o PRP asseguraria a ordem e a tranquilidade social. Segundo Coelho, “as oposições não querem agitar o meio político com lutas estérteis e impatrióticas e não desejam descambar para o terreno perigoso das conspirações ou dos golpes revolucionários”.^[21]

O missivista parecia conhecer bem, ou ao menos dispunha de argumentos razoáveis ao que concernia a aplicação da “fórmula Pilla” em outros estados da federação. Questionado pelos líderes da FUG Baptista Luzardo e Neves da Fontoura sobre o motivo pelo qual a coalizão efetuada no Rio Grande do Sul não “poderia ser dada como paradigma para regularizar a situação das oposições no governo federal e nos estados”, Coelho é enfático ao afirmar que a “fórmula só se tornou possível” pela “incomparável dose de patriotismo e boa vontade” de Flores. O comparativo ficava assim frisado: no Rio Grande do Sul o “sublimado espírito de altruísmo político” de Flores possibilitou um entendimento pacificador, enquanto que, no “governo federal e nos governadores de São Paulo e Pernambuco, entrincheirados no poder” evidenciava-se a intolerância e a falta de civismo político. [22]

Com efeito, acreditamos que mesmo estando tão próximo aos conchavos políticos e às decisões partidárias, já que era deputado federal, a missiva de Coelho é perpassada por uma apreensiva e dolorosa incerteza. Contudo, como indica o missivista, a única certeza que lhe parecia inquestionável dizia respeito às deliberações da minoria parlamentar na Câmara dos Deputados que, segundo Coelho, não pretendiam criar “embarços ao Getúlio na administração e na defesa da ordem política”. Por sua vez, o calor do momento e a suspeição do rompimento de Flores com Vargas suscitavam-lhe as seguintes apreensões: “O governo federal pretende praticar atos que mereçam uma crítica junto das oposições? Pretende acabar com a constituição? Pretende faltar com os seus deveres para com a nação?” Ainda que dissesse não acreditar nessas assertivas, até mesmo para não sublevar ainda mais a oposição ao governo federal, desconfiamos da insegurança do autor e de sua estratégia conciliatória.

Em outubro, contudo, o diálogo entre Flores e o Governo Federal tornava-se tenso e insustentável. Nessa ocasião acreditamos que Flores não confiava mais em um pacto pacífico em relação à sucessão presidencial e à continuidade das negociações em torno de uma “fórmula” conciliatória com a oposição estadual. O “nervosismo público e a tensão dos espíritos” resultavam da desconfiância das lideranças da FUG quanto à arregimentação de tropas militares fiéis ao Governo do Estado. Segundo a missiva enviada por Walder Sarmanho a Getúlio Vargas, ainda em setembro de 1936, Flores preparava milícias em Boa Vista e Erechim para encampar uma reação armada contra o governo federal. Segundo Sarmanho, a formação dos corpos de brigada era justificada a partir do pretexto de que Vargas pretendia implantar uma “ditadura” no país. Além disso, conforme ressaltou Sarmanho, Flores “apregoava uma ação defensiva contra uma intervenção branca” no Rio Grande do Sul. Na carta-relatório, Sarmanho, além de listar os oficiais que estariam mancomunados com Flores, diz que as forças de combate já reuniam cerca de 600 homens de artilharia. [23]

A presumível e definitiva dissensão política de Flores, evidentemente, obteve uma resposta contundente de Vargas. Este rapidamente responde a Sarmanho afirmando estar “alarmado” com as “medidas militares”, fato que demandaria “providências defensivas no sentido de manter o respeito ao governo federal e as garantias da população do Rio Grande do Sul.” [24] Ademais, a mobilização belicosa de Flores não poderia ser considerada um mero expediente persuasivo. A entrada clandestina de material de artilharia pelas fronteiras da Argentina e do Paraguai, a substituição de oficiais das brigadas federais sediadas no Estado e a descoberta de um depósito de armas na fronteira com Santa Catarina, perfaziam o jogo das constantes acusações e delações.

Diante das acusações de conspiração, o deputado federal João Carlos Machado afirmava que o Rio Grande do Sul, apesar de cercado por forças federais, não havia tomado qualquer “providência militar que justificasse” a suspeição de Vargas. Segundo ele, Flores “não reuniu, não armou, não deslocou forças” para combater o Executivo Federal. [25] Porém, desconfiamos da tentativa de Machado ao negar as ações de Flores. Encontramos 32 cartas, datadas entre os dias 01 de outubro a 02 de novembro de 1936, enviadas por diversos oficiais da 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul relatando ao governo federal as articulações revolucionárias de Flores. Segundo o General do Exército Lúcio Esteves, com a suspensão financeira executada pelo Governo Federal, a organização dos corpos provisórios no Rio Grande do Sul havia sido paralisada. Na mesma missiva enviada a Sarmanho, Esteves antecipava o rompimento da FUG com o Governo Estadual motivado pela “perturbação da ordem”. Para ele, a luta política de Flores resultava da exploração que fazia em relação à “continuação do Dr. Getúlio Vargas na presidência”. Com essa sombra ameaçadora, Flores envidava “manejos políticos dispersantes”, agenciando as guarnições federais no Estado. Conforme apontou o missivista, apesar das investidas do governador, as “tropas pareciam demonstrar coesão e confiança ao lado da lei”. [26]

Ainda assim, isso não diminuía a preocupação dos oficiais aliados ao Governo Federal. Segundo o General Guedes da Fontoura, a tática belicosa de Flores não cessava a despeito da fidelidade das tropas federais ao Executivo Federal. Se por um lado, as tropas de Flores sediadas no interior do estado estavam desarticuladas devido à escassez de recursos financeiros, por outro, na capital, o governador contava com inúmeras lideranças políticas que proclamavam a insubordinação ao governo de Vargas. Conforme advertiu Fontoura, “elementos ligados ao Governador” insinuavam que Vargas preparava sua reeleição pelas armas com o apoio irrestrito do Exército. [27] Nesse sentido, para o oficial, urgia “destruir esse manejo tendencioso” que colocava em risco a integridade nacional e do exército. [28]

As “explorações sobre a sucessão”, de fato, constituíam a pedra angular dos debates e das articulações políticas nos meses finais de 1936. [29] Todavia, o clima de hostilidades entre as lideranças da FUG e Flores tornava a luta política ainda mais entrincheirada. Na Assembléia Legislativa as bancadas do PL e do PRR pressionavam pela renúncia do governador, posto que ele já não contava com a “maioria de opinião no Rio Grande.” [30] As incompatibilidades entre Flores e os deputados estaduais da FUG emergiam sucessivamente na Assembléia Estadual. Fossem através de especulações e “divergências programáticas” como também quanto aos “atos e atitudes injustificáveis do Governador”. [31]

As dissidências e defeções políticas pipocavam na própria base de sustentação do Governo Estadual. No Diretório do PRL havia uma inequívoca insatisfação diante das contundentes demonstrações de arbitrariedades praticadas por Flores. [32] Segundo Protásio Alves, a contestação à liderança de Flores, ainda que não fosse unânime, demonstraria ao “chefe liberal”, o “golpe dentro do seu próprio partido”. [33]

Perdendo campo no front político, Flores manteve continuamente articulações que visavam o confronto armado. As 32 cartas que pesquisamos mostra-nos a exasperação do medo nas narrativas epistolares. A manipulação e circulação de notícias quanto ao transporte de armas e munições na viação férrea constituíam estratégias que construíam e difundiam o “perigo de um golpe desesperado” do Governador. [34]

Portanto, as reações de Vargas ante a possível sublevação de Flores poderiam garantir a sobrevivência política da FUG. Ao analisarmos essas missivas foi comum encontrarmos calorosas e entusiasmadas declarações das lideranças da FUG ao solicitarem contra-medidas do Governo Federal. Caberia a Vargas, segundo Alves, dar garantias para “manter a ordem ou reprimir desordens”. [35]

Parece-nos que a correspondência trocada entre Protásio Alves e Getúlio Vargas constituiu-se como a principal via de informação do segundo, atinente as articulações militares e políticas de Flores no Rio Grande do Sul. Em 24 de outubro, por exemplo, Alves enviava a Vargas uma extensa missiva relatando as ações militares no interior do Estado.

Desceu de S. Francisco um corpo provisório armado e commandado por um Feijó e acampou em Gravatahy. Hoje fui informado seguramente que a essa gente foi fornecida ferramenta e hoje também transformaram-se, em parte, em trabalhadores de estrada. Em Santana e Quarahy existe um corpo de brigada com 500 homens no mínimo, tendo cada 8 soldados uma metralhadora. Têm o propósito de atacar a unidade federal ali ou impedir compasso de espera qualquer. [36]

Talvez, a superioridade de armamentos e homens das brigadas militares aliadas a Flores demandasse do Governo Federal outras táticas para, com isso, evitar um confronto. Segundo o mesmo documento, a “deflagração do movimento” traria a “victória inicial do governador com o sacrifício de muitos companheiros e de força federal”. O desgaste que novos contenciosos armados poderia trazer ao Governo Federal colocava Vargas numa posição bastante delicada. Contudo, Vargas não poderia ficar de braços cruzados, correndo o risco de ver as tropas, fiéis ao Palácio do Catete, serem fragorosamente derrotadas no seu estado. Para Alves, a alternativa seria um “entendimento formal em paz armada” feita por exemplo, pelo M. da Guerra ao Governador, afirmando de q. elle desmobilize imediatamente ou dê suas razões para não o fazer”. [37]

A questão que se colocava era sintetizada pelo missivista com a seguinte argumentação:

Ficará o Governo Federal, por seu exercício, habilitado a agir desembaraçadamente e como bem entender. O que o governo não poderia é ficar diante do estabelecido diante do continuo crescimento do preparo belicoso do Boi-Tatá, sob pena de sacrificar parte de seu exército. [38]

Ainda que não tenhamos encontrado quaisquer indícios de espionagem ou mesmo documentos que demonstrem as táticas de boataria praticadas por Flores, suspeitamos que essas práticas eram correntes no jogo político nacional. Podemos considerar que essa articulação fazia parte da montagem de um aparelho de informações que visava desqualificar o inimigo, comprometer aliados do Governo Federal ou mesmo legitimar a militarização de civis através da formação dos corpos de provisórios. Por outro lado, Vargas dispunha de uma rede muito bem articulada de informantes, que, mediante as cartas mantinham o Governo Federal em constante alerta. [39] Em 19 de outubro de 1936, por exemplo, Vargas recebe de um anônimo uma extensa carta narrando as minudências das operações bélicas no sul do País. A narrativa inicia logo destacando as forças de assalto encampadas no interior do estado.

Em Palmeira fui informado pelo coronel Valzumiro Dutra de em quase toda a região serrana estavam reunindo pessoal para organização de corpos provisórios, e que naquelles dias havia sido remetido para os municípios de Getúlio Vargas, Boa Vista do Erechim e para o estado de S. Catharina, armamento e munição e que isto tendo chegado ao seu conhecimento, seu sciencia em tellegrama ao Sr.

Governador.^[40]

A carta, que recebeu o título "*Confidencial*", continuaria logo depois narrando as apreensões do missivista. No retorno a Porto Alegre o narrador esprieta uma conversa no vagão restaurante entre "vários caudilhos" que foram chamados por Flores. Dizia ele que "sem ser percebido" pôde "ouvir uma palestra delles (...) cujo assunto versava sobre a situação política do Rio Grande do Sul em relação ao governo federal." Parece-nos, que antes mesmo de uma ação mais coordenada de Flores já havia, ao menos no interior do estado, uma inequívoca mobilização de lideranças locais. Segundo o missivista, "elles justificavam as providências que estavam tomando dizendo serem as mesmas com o fim de evitar uma ditadura que estaria sendo cogitada e até mesmo para breve esperada".^[41]

Não era o prognóstico da instauração de uma "dictadura" que lhe trazia angústia e incertezas, mas a insegurança decorrente de um confronto sangrento entre as milícias de Flores e as tropas fiéis ao Governo Federal. Assim, entre o estremecimento e a intranquilidade que a dúvida suscitava, o informante preferiu a oferta de proteção que possivelmente Vargas poderia lhe conceder. Não a toa que a delação dos "caudilhos" prosseguia na carta.

Entre os caudilhos que acima referi, se encontravam os Srs. Victor Dumoncel, sob cujo commando se achava a tropa acampada em S. Bárbara, Valenciano Coelho, Pedro Pinto e outros que apesar de não conhecel-os pessoalmente, sei tratar-se de destacados elementos da confiança do General Flores da Cunha. (...) Também o General não esqueceu de trabalhar os elementos do nosso exército, que servem na 3ª Região militar. Para felicidade nossa teve elle a lembrança de mandar sondar officiaes que se acham perfeitamente integrados com o governo federal, conforme se verificou com um capitão commandante da 3ª bateria do grupo de Dorso, com sede em Porto Alegre.^[42]

Como podemos depreender do excerto acima, Flores não poderia contar com os officiaes da maior guarnição militar federal sediada no estado: a 3ª Região Militar. De qualquer forma, a indisposição dos commandantes militares do Grupo do Dorso em estabelecer quaisquer entendimentos ou confabulações com Flores não sinalizava a garantia da ordem.

De fato, a incongruência administrativa resultante da excepcionalidade da "fórmula Pilla" e os rescaldos da luta política e ameaças de um confronto armado no Rio Grande do Sul eram públicas.^[43] Em 16 de Outubro de 1936, ruía o acordo de coalizão e aproximação entre Flores e a FUG com o pedido de demissão de Collor e Pilla das Secretarias da Fazenda e da Agricultura respectivamente. Como previa a "fórmula Pilla" o pedido de afastamento foi dirigido inicialmente ao Presidente do Secretariado Darcy Azambuja para que este comunicasse ao governador Flores da Cunha.

Nesse momento, as rusgas políticas emergiam demonstrando as incompatibilidades governativas e partidárias no arranjo político no Rio Grande do Sul. A carta-renúncia de Collor enfatizava a "hostilidade contra o Sr. Governador do Estado" praticada por "companheiros políticos", o que tornava iminente seu afastamento do governo. Desencantado com o domínio das desavenças na seara política, Collor tacitamente afirmava que tudo fez "para permitir ao Rio Grande dias de tranqüilidade e bem-estar". O missivista, absorto com a "incompreensão dos homens", renunciava dizendo que seus "esforços resultaram inúteis". Na carta-renúncia Collor parecia saber bem quais dispositivos narrativos poderiam intervir "com justiça de reconhecer" sua dedicação patriótica.^[44] Sua saída do governo, portanto, criava uma circunstância política a qual não deveria figurar como abandono da vida pública ou mesmo como um ato impatriótico. Ao reiterar sua disposição "em qualquer momento", para prestar "imperturbável testemunho" atinente à "*execução do 'modus-vivendi'*", Collor sublinhava sua percepção diante daquilo que acreditava ser um comportamento cívico e nacionalista. Collor enviou concomitantemente a carta-renúncia aos jornais *A Federação* e *Correio do Povo*, talvez por alguma suspeição de distorção em relação aos motivos do seu afastamento do governo do Estado ou por desejar uma avaliação pública positiva da sua atitude política.

Assim como Collor, Raul Pilla também envia a Darcy Azambuja a renúncia do cargo de Secretário da Agricultura. A missiva de Pilla redigida do próprio punho do autor e sem quaisquer alusões a uma relação de cordialidade demonstrava, possivelmente, um procedimento mais exasperado e marcado de ressentimento. Apesar de extremamente objetiva e concisa, a carta-renúncia de Pilla é enfática em denunciar seu sentimento de desconfiância e indignação inerente a gestão da política do executivo estadual. Todavia, Pilla procurou demonstrar que a cisão política era motivada não por divergências pessoais, mas pela eleição do 2º vice-presidente do secretariado.

Tendo os representantes da Frente Única votado com a dissidência liberal contra o candidato oficialmente apresentado e tendo eu sido antecipadamente notificado de que tal gesto seria considerado como de hostilidade ao Exc. Sr. Governador, nada mais me resta agora, que o ato está comunicado, senão deixar o árduo posto, em que procurei servir a colectividade.^[45]

De fato, a dimensão política da renúncia dos líderes do PRR e do PL aos cargos na máquina governamental do estado e a consequente sensação de ingerência e intransigência na administração do governo de Flores deveria ser rapidamente controlada pelo PRL. Alguns dias após a renúncia e a publicação das cartas de Collor e Pilla, o PRL faz publicar no *Dário Liberal* uma extensa nota editorial procurando dispersar e afastar qualquer responsabilidade atinente à crise política. O editorial, publicado no dia 31 de outubro de 1936, afirmava que não "havia nenhuma razão que justificasse a atitude irrevogável das oposições coligadas", posto que, segundo o PRL, o governo do estado vinha observando todas as prerrogativas estatuídas no acordo político.^[46]

Desta feita, acreditamos que a nota procurava tornar a ação de renúncia um ato de subversão e agravo a um acordo político, "perturbando a harmonia" de um tácito compromisso cívico. Com efeito, tais acusações colocavam em suspeição a responsabilidade da FUG e mesmo sua integridade moral. Na nota, parece-nos que havia uma clara intencionalidade em demonstrar à opinião pública que o rompimento político havia sido provocado por "forças ocultas" que agiam na calada da noite.

A pressa com que agiram aqueles Partidos, entregando, esta madrugada, a imprensa, antes mesmo de o ter feito ao Presidente do Secretariado, uma nota que excluía toda a possibilidade de novos entendimentos, diz bem do seu irrevogável propósito. Atrás, porém, da atitude, só agora manifestada pela Frente Única, não é difícil vislumbrar as forças ocultas com que ela pensa jogar para por em cheque o prestígio, a eficiência da nossa agremiação partidária.^[47]

Para o PRL a atitude dos líderes dos partidos que compunham a FUG denotava claramente uma estratégia de afronta da oposição à "situação de tranqüilidade" que se vivia no "terreno político". No editorial, o PRL desafiava a "manobra política" da FUG, dizendo não se intimidar com as "forças ocultas" daquele grupo político.^[48] Por outro lado, a FUG, em declarado combate ao governo de Flores, coordenava "ações preparatórias" para o desenlace da crise. Em uma circular do Diretório da FUG constam as diretrizes programáticas da coalizão com o Governo Central. O documento esta dividido em dois itens: objetivos e fase de articulação. Entre os objetivos da FUG observa-se:

- a) combater o acordo, demonstrando:
 - 1) as suas incoerências e absurdos doutrinários;
 - 2) sua imoralidade intrínseca;
 - 3) a heterogeneidade dos motivos que o geraram;
 - 4) sua inexecução nos casos concretos ocorrentes.

- a) promover a desagregação da F. U.

Portanto, o acordo conciliatório entre a FUG e o Governo Estadual ruía ante as deliberações do diretório frentista. Mesmo prevendo uma atuação independente, o documento circular dispunha ainda dos objetivos de articulação do Diretório do Partido Libertador e do Governo Central. Ao PL caberia "fazer restrições quanto ao aspecto doutrinário do acordo" e ao Governo Central:

- a) manter-se na atitude de defensiva vigilante;
- b) tomar discretamente medidas de ordem militar;
- c) fortalecer em seu prestígio o Rio Grande;
 - 1) atendendo as suas necessidades e aos seus reclamos;
 - 2) resolvendo os problemas que caibam dentro da esfera de atividade federal;
 - 3) desenvolvendo certos serviços de utilidade geral, principalmente os subordinados ao M. da Agricultura;
 - 4) estabelecendo o contato direto com as classes trabalhadoras através das suas entidades representativas.

Tudo em benefício do Rio Grande, o mínimo possível por intermédio do governo do Rio Grande.^[49]

Assim, parece-nos que as tratativas de manutenção da aliança pacífica entre Flores e a FUG chegavam ao fim. As hostilidades tão recentes com o Governo Federal, aparentemente estariam suprimidas posto que, no documento circular, os frentistas postulavam aos seus filiados a "promoção de um ambiente de simpatia em torno do G. C." Acreditamos que a ação deliberada da FUG resultava também da certeza de rever cargos e funções na máquina administrativa do governo estadual e federal.

Diante das "manifestações progressivas de descontentamento e hostilidades", o governo de Flores ficaria isolado e enfraquecido. O "*modus vivendi*", que havia garantido um período de trégua na luta política no Rio Grande do Sul era irremediavelmente questionado. Com o argumento de que "não foi celebrado por vontade das correntes políticas e sim por deliberação de alguns chefes com a finalidade oculta de agitar prematuramente a sucessão presidencial da República", o acordo passava a ser entendido como arbitrário e irresponsável.^[50]

Em outra nota circular do Diretório da FUG, verificamos que a estratégia de minar a autoridade e legitimidade do Governo de Flores encampava até mesmo insinuações de que o governo "conspirava com o movimento comunista". Segundo o mesmo documento, a FUG deveria

promover uma campanha de "agitação" na imprensa para, com isso, associar a figura de Flores aos "elementos reacionários depositos em 30". Além dessas medidas, que visavam insuflar a opinião pública contra o "caráter despótico do governo florista", outras ações eram aventadas:

Combate ao parlamentarismo e a qualquer regime constitucional que diminua os poderes ora atribuídos às autoridades supremas – Problema constitucional contemporâneo: o reforço da autoridade em vista das agitações extremistas.

Campanha intensa de apelo ao patriotismo dos brasileiros em torno desta these: qualquer agitação política, neste instante, só pode aproveitar aos extremistas.

(...) Campanha cívica que o problema da sucessão seja agitado somente em tempo oportuno, sem preocupações regionalistas e com a finalidade suprema da defesa das instituições. [51]

Em suma, a análise demonstrou quão delicada tornou-se a manutenção do acordo entre as oposições estaduais e o Governo de Flores da Cunha e, principalmente, possibilitou compreender as estratégias políticas agenciadas por Vargas e o governo do Rio Grande do Sul objetivando legitimidade do poder instituído. Acreditamos que, ao investigar as missivas trocadas entre Flores e Vargas, e destes com as lideranças partidárias do Rio Grande do Sul, conseguimos entrever e problematizar as disputas políticas que foram cerzidas na luta por cargos e posições na esfera governativa estadual e federal. Além disso, nesse capítulo, procuramos analisar os embates quanto à construção da liderança política de Flores da Cunha e os contenciosos políticos com a FUG e a sua gradual indisposição com o Governo de Vargas.

Referências

- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In.: *Revista Brasileira de História*, nº23/24, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992.
- _____. "História Política: Totalidade e Imaginário". In.: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: FGV, nº 17, 1996.
- _____. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BRESCIANI, Maria Stella. CHIAPPINI, Ligia. (orgs.) *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 39-51.
- _____. "A casa em Gilberto Freyre: síntese do ser brasileiro?" In: CHIAPPINI, Ligia. BRESCIANI, Maria Stella. (orgs.) *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. "Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum". In.: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.
- CAMARGO, Aspásia et all. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CAMPOS, Derocina Alves. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em cena: Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- CASTRO, Maria Helena de Magalhães. "O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante". In.: GOMES, Ângela de Castro (orga.) *Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- CHOR, Marcos. "O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)". In.: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 1, 1988.
- CODATO, Adriano Nervo. "Estrutura de poder e mecanismos político-burocráticos do Estado Novo". *Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH, Florianópolis*, 1999.
- COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 1996.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. "A Esfera do Político na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)". In.: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: FGV, nº 17, 1996.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. "Antonio Chimango no limiar da velhice"(Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934). *Dissertação de Mestrado* apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardl Totalitário: Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.
- EDELMAN, Murray Jacob. *Constructing the political spectacle*. Chicago: Chicago University, 1988.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": O retorno da história política. In.: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.
- GOMES, Ângela de Castro (org.) *Escrita de Si, Escrita da história*. GOMES, Ângela de Castro. Em Família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- GUIMARÃES, Dulce Maria Pamplona. "Estado Novo, Festa e Memória". In.: *Revista História*, São Paulo, 1995.
- HAROCHE, Claudine. "O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX". In.: SEIXAS, Jacy A. BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion. (orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília:Ed. da UnB, 2002.
- HEYMANN, Luciana Quillet. "Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Felinto Muller". In.: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: FGV, 10(19):41-66, 1997.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1986.
- LOVE, Joseph. "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha". In: *História Geral da Civilização Brasileira. Vol. III - O Brasil Republicano (Estrutura de poder e economia 1889-1930)*. FAUSTO, Boris (org.). 4.ª ed. São Paulo, DIFEL, 1985.
- _____. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- PESAVENTO, Sandra Jatayh. *República Velha Gaúcha*: Charqueadores, Frigoríficos, Criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- _____. *A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo – conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-38)*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- .TRINDADE, Héglio. (org.) *Revolução de 30: Partido e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: Erus, 1983.
- VARGAS, Getúlio. *Diário: 1930-1936*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, v. 1, 1995.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória História*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

Recebido em 20/09/06. Aprovado em 25/10/06.

Title: "Explorations of a Succession": a Political Cartography of the *Pré-estadonovista* Period (1935-1936)

Author: Antônio Manoel Elíbio Júnior

Abstract: This article analyses the political schemes involving the main party leaders in Rio Grande do Sul between the years of 1935 and 1936. Through the exchange of letters, it was possible to perceive the political alliances and dissensions at national and state levels, as well as the political strategies of former governor José Antônio Flores da Cunha related to the formation of an opposition front to Vargas' government.

Keywords: politics; Rio Grande do Sul; presidential succession.

Titre: "Exploitations sur la sucesion": Une cartographie politique de la période d'avant l'État Nouveau (1935-1936)

Auteur: Antônio Manoel Elíbio Júnior

Résumé: Cet article fait l'analyse des accords politiques qui ont mis ensemble les principaux leaders d'un mouvement politique au Rio Grande do Sul, entre les années 1935 et 1936. Au moyen d'un échange épistolaire, on a pu se rendre compte des coalitions et dissensions dans le plan politique de l'état et de la nation, de même que les stratégies politiques du gouverneur José Antônio Flores da Cunha concernant la composition d'un front d'opposition au Gouvernement Vargas.

Mots-clés: politique ; Rio Grande do Sul ; succession présidentielle.

Titulo: Exploraciones sobre la sucesión: una cartografía política del periodo *pre-estadonovista* (1935-1936)

Autor: Antônio Manoel Elíbio Júnior

Resumen: El presente artículo analiza los esquemas políticos de los que participaron los principales líderes partidarios de *Rio Grande do Sul* entre los años 1935 y 1936. Leyendo su intercambio epistolar, es posible revelar las alianzas y oposiciones en el plano político estatal y nacional, así como las estrategias políticas del gobernador José Antônio Flores da Cunha para la composición de un frente opositor al Gobierno de Vargas.

Palabras-clave: política; Rio Grande do Sul; sucesión presidencial.

-
- [1] Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 07-01-1935.
- [2] Anexo da carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 07-01-1936.
- [3] Pelo que indica um telegrama enviado por Vargas a Flores da Cunha, o presidente preferiu enviar Antunes Maciel a Porto Alegre para “explicar com maior amplitude” o seu “pensamento a respeito” do acordo. No mesmo documento, Vargas afirmava que “em tese” era “favorável qualquer iniciativa vise estabelecer colaboração forças políticas Estado, cabendo a esta escolha formula melhor assegure estabilidade essa colaboração.” Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 13-01-1936.
- [4] Carta de Augusto Simões Lopes a João Carlos Machado, 12-01-1936.
- [5] Carta de Augusto Simões Lopes a João Carlos Machado, 12-01-1936.
- [6] Carta de Augusto Simões Lopes a João Carlos Machado, 12-01-1936.
- [7] Carta de Raul Bittencourt a João Carlos Machado, 13-01-1936.
- [8] Carta de Raul Bittencourt a João Carlos Machado, 13-01-1936.
- [9] DUTRA, Eliana de Freitas. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p. 17.
- [10] Carta de Aníbal Cassal a João Carlos Machado, 13-01-1936.
- [11] Carta de João Simplicio de Carvalho a João Carlos Machado, 13-01-1936.
- [12] Carta de Pedro Vergara a João Carlos Machado, 14-01-1936.
- [13] Carta de Pedro Vergara a João Carlos Machado, 14-01-1936.
- [14] Carta de Pedro Vergara a João Carlos Machado, 14-01-1936.
- [15] Carta de João Carlos Machado a Flores da Cunha, 14-01-1936.
- [16] Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-01-1936.
- [17] Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 29-03-1936.
- [18] Telegrama de Getúlio Vargas ao Cel. Obino, 03-04-1936.
- [19] Telegrama do Cel. Obino a Flores da Cunha, 04-04-1936.
- [20] Carta de Machado Coelho a Flores da Cunha, 07-05-1936.
- [21] Carta de Machado Coelho a Flores da Cunha, 07-05-1936.
- [22] Carta de Machado Coelho a Flores da Cunha, 07-05-1936.
- [23] Carta de Walder Sarmanho a Getúlio Vargas, 30-09-1936.
- [24] Carta de Getúlio Vargas a Walder Sarmanho, 01-10-1936.
- [25] Carta de João Carlos Machado a Walder Sarmanho, 01-10-1936.
- [26] Carta de Lúcio Esteves a Walder Sarmanho, 01-10-1936.
- [27] Em telegrama enviado por Protásio Alves a Walder Sarmanho o missivista relatava sua preocupação diante das articulações belicosas de Flores. “(...) Últimas notícias hoje Dumocel organiza corpo Soledad donde veio telegrama reclamando contra violências conhecimento Esteves. Calculo por informações Lindo e Firmino de Paula três mil homens entre Cruz Alta e Marcelino. Provavelmente representação se reunira Santa Maria oportunamente onde existe garantia eficiente. Situação forças federais maioria pontos desfavorável pela disposição outra com carros, locomotivas depositadas determinados logares. Concentração momento poderá deflagrar movimento. Situação pois delicada. Opinião pública estarrecida. Impor-se-ia intervenção ofensiva fulminante ou inferioridade federal se irá acentuando.” Telegrama de Protásio Alves a Walder Sarmanho, 14-10-1936.
- [28] Carta de Guedes da Fontoura a Lúcio Esteves, 04-10-1936.
- [29] O Oficial do Exército Guedes da Fontoura, em telegrama do dia 24 de outubro de 1936, enviada a Walder Sarmanho sintetiza claramente o *leitmotiv* das contendas em relação a sucessão presidencial. “(...) movimento tem objectivo perturbar a ordem todo paiz e originou-se seguinte: quando escolha substituto Dr. Getúlio, conferencia havida entre presidente e Dr. Flores, aquelle manifestou desejo fosse Dr. Oswaldo Aranha seu substituto tendo Dr. Flores Feito forma opposição e apresentado nome Dr. Borges como candidato conciliador, obtendo resposta Dr. Getúlio seria mesmo Dr. Aranha seu candidato. Diante attitude Presidente, Dr. Flores regressou Rio Grande e lá ordenou organização provisórios, tendo em boletim Bda. Militar concitado seus componentes estivessem vigilantes para desagrar Rio Grande, porque aquele se achava poder levado bayonetas gaúchas, tinha se desviado compromissos assumidos e finalidades seu programa.” Telegrama de J. Guedes da Fontoura a Walder Sarmanho, 24-10-1936.
- [30] Carta de Augusto Leivas Otero a Protásio Alves, 01-10-1936.
- [31] Carta de Augusto Leivas Otero a Protásio Alves, 17-10-1936.
- [32] Segundo Protásio Alves, Flores contava com “apenas três ou quatro nomes firmes” em solidariedade a manutenção do Governo Estadual. Segundo Alves, “alguns já se manifestaram contra o governador e outros estão desejosos de faze-lo mas aguardam que as cousas se firme na Assembléia”. Telegrama de Protásio Alves a Augusto Leivas Otero, 01-10-1936.
- [33] Carta de Protásio Alves a Augusto Leivas Otero, 01-10-1936.
- [34] Carta de Augusto Leivas Otero a Walder Sarmanho, 20-10-1936.
- [35] Carta de Protásio Alves a Walder Sarmanho, 21-10-1936.
- [36] Carta de Protasio Alves a Getúlio Vargas, 24-10-1936.
- [37] Carta de Protasio Alves a Getúlio Vargas, 24-10-1936.
- [38] Carta de Protasio Alves a Getúlio Vargas, 24-10-1936.
- [39] Muito antes da crise entre Flores e o Governo Federal, Vargas, em abril de 1936, recebe uma extensa carta alertando-o sobre a mobilização política no Rio Grande do Sul. Enviada sem designação do destinatário Vargas dizia: “Tenho recebido daí vindas de fontes diversas e a pessoas também diferentes daqui avisos e informações de preparativos militares do Flores contra o Governo Federal. Esse informantes que se dizem meus amigos queixam-se de não receberam de minha parte nenhuma orientação ou amparo. Apesar disso e de atitude de ameaça do Flores no seu jornal não respondi a ninguém, não tomei qualquer medida contra ele. Ignoro que se tramem conspirações ai e as desautorizo inteiramente. Nem se compreende que meu governo tentasse subverter a ordem num Estado quando se isso corresse meu primeiro dever a que não faltaria seria manter esse governo. Não chegou não meu conhecimento nenhum dos telegramas referidos como de autoria do Louzada e dirigidos ao Sarmanho. Este nega que o tivesse recebido e eu não posso deixar de acreditar nessa informação a menos que o Sarmanho estivesse conspirando também contra mim o que é absurdo. Nessas condições convém examinar a hipótese do Flores estar sendo ludibriado por algum integrante, talvez do próprio telegrafo, gente que se queira recomendar a ele ou indispor o diretor do serviço ai”. A suspeição e as intrigas diante das incertezas de conspiração recaiam inclusive sobre o operador de telégrafo. Acreditamos que Vargas não tinha inequivoca confiança em Flores, ainda que demonstre no excerto citado, a possibilidade de que “impostores” estivessem minando sua aliança com o Governo do Rio Grande do Sul. Dizia ele: “patranhas e invenções não podem deixar mal a quem tem sempre agido com tanta paciência e longanimidade ante agressões injustificáveis”.

- [40] Carta de anônimo a Getúlio Vargas, 19-10-1936.
[41] Carta de anônimo a Getúlio Vargas, 19-10-1936.
[42] Carta de anônimo a Getúlio Vargas, 19-10-1936.
[43] Correio do Povo, 25-04-1937.
[44] Carta de Lindolfo Collor a Darcy Azambuja, 16-10-1936.
[45] Carta de Raul Pilla a Darcy Azambuja, 16-10-1936.
[46] Jornal Diário Liberal, 31-10-1936.
[47] Jornal Diário Liberal, 31-10-1936.
[48] Jornal Diário Liberal, 31-10-1936.
[49] Circular do Diretório Central da Frente Única, 10-1936.
[50] Circular do Diretório Central da Frente Única, 10-1936.
[51] Circular do Diretório Central da Frente Única, 11-1936.

* – Doutor em História Social – UNICAMP; professor da UNISUL - tonyelibio@unisul.br.

